

Gênero textual: preciso entender para escrever?

Fernanda Batista de Almeida¹
Leticia Bezerra de Sousa¹

Em algum momento, você professor, quando estudante no ensino fundamental ou médio, teve que escrever uma redação e não conseguiu? Ou, talvez, seu professor solicitou um texto que foi, simplesmente, restringido à questão da gramática de forma descontextualizada, sem se aprofundar no gênero textual?

Para evitar esse tipo de aula, é necessário que os professores entendam a importância de trabalhar com os gêneros textuais e, juntamente, as questões de escrita e reescrita para que as aulas de português possam ampliar a capacidade do estudante em saber lidar com a língua escrita.

Escrever pra quê?

Estudiosos estimam que existam mais de 4 mil gêneros textuais, sendo eles orais e escritos, e para compreendê-los melhor, primeiro é preciso entender o que caracteriza um texto.

Para que a junção de palavras seja considerada um texto e não apenas frases soltas, é necessário que haja um propósito comunicativo, ou seja, uma razão para que o texto seja produzido. Além disso, o texto precisa de um interlocutor, alguém que irá interagir com o ele, e ainda, o escritor precisa ter noção do suporte em que o texto será apresentado para, então, utilizar linguagem apropriada para tal publicação, como indicado no livro, *Análise de Textos* (2010), de Irandé Antunes.

Vejamos um exemplo para facilitar o entendimento: ao ler uma matéria na revista (suporte), uma leitora resolve escrever uma carta do leitor (gênero textual) ao redator dessa revista (interlocutor) para questionar as informações publicadas (razão/proposito comunicativo), utilizando argumentos consistentes para persuadir o redator bem como o público da revista, em uma linguagem semiformal. A carta escrita pela leitora apresenta as condições necessárias para ser considerado um texto.

¹ Acadêmica (s) do 4º Período de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Email: almeidafer@outlook.com.br; leticiabezerra1304@gmail.com. Artigo produzido sob orientação da Profª Drª Angela Mari Gusso, na disciplina Prática Profissional: Revisão de textos escolares.

Na escola, é preciso trabalhar com a produção de textos diversificados. Fiad aborda, no livro *Questões de Linguagem* (2001), sobre como o ato de escrever é entendido por grande parte dos alunos e professores. Segundo a autora, muitas vezes os alunos consideram que precisam de inspiração para escrever e que um texto só ficará “bom” se utilizar nele uma linguagem mais formal ou palavras “difíceis”. Como nas escolas ainda não é comum a prática da reescrita, os alunos escrevem apenas uma versão e são avaliados a partir dessa atividade e, caso o professor não considere o texto adequado, o aluno perde o interesse pela escrita, pois acaba achando que não sabe escrever. E quando a reescrita é solicitada pelo professor, o aluno tende a corrigir os erros gramaticais apontados, apenas higienizando sua primeira versão.

Serafini (2001) ensina a importância do escrever com frequência para uma boa composição: não só nas aulas de português, é preciso escrever também em outras disciplinas. Importa também, para que o interesse dos alunos seja despertado, escrever sobre temas a respeito dos quais tenham alguma experiência, e para que seja um texto autêntico, apresentar conteúdo, razão e leitor, podendo ser publicado, por exemplo, no jornalzinho da escola.

Para que textos de produção autêntica possam ser produzidos pelos alunos, Antunes (2010) descreve três etapas importantes para o processo de produção: planejamento, escrita e revisão.

No planejamento, com base nas informações passadas pelo professor, o aluno buscará as informações necessárias para que seu texto contenha o conteúdo e as características do gênero textual solicitado. Na 2ª etapa, o aluno irá escrever o texto propriamente dito, com base nas informações pré-selecionadas na etapa anterior; e na 3ª etapa, a revisão (que leva à reescrita) será realizada pelo estudante, baseando-se nas indicações feitas pelo professor.

Meu texto tem problemas?

Tendo em mente o planejamento de composição de texto, caberá ao professor, a revisão e os apontamentos pertinentes para a nova versão desse texto a ser elaborada pelo aluno.

Irané Antunes (2010) aponta modelos adequados de correção para cada fase da educação básica, salientando que a correção dos aspectos globais deve

anteceder a dos aspectos estruturais. O equívoco de muitos professores é focar na gramática e esquecer, por exemplo, se o texto do aluno condiz com gênero solicitado ou se há coesão e coerência no assunto abordado. Por isso, por exemplo, se o professor solicita um resumo, o aluno precisa ter noção que esse gênero não aceita opinião pessoal e que nele se parafraseia o autor original. Porém, se o gênero textual escolhido for outro, o professor e o estudante precisam ter noção das características essenciais de tal gênero para poderem fazer uma análise e revisão equilibrada.

E reescrever pra quê?

Uma vez revisado o texto, o aluno deverá fazer a reescrita. E, talvez, essa seja a maior dificuldade dos estudantes. Ora, se o aluno considera que a primeira versão está boa, por que ele deveria escrever mais uma vez? Qual o sentido, além de dar mais trabalho para ele e para o professor?

Esse entendimento vai depender da forma como o professor apontou os problemas do texto para o aluno. Serafini (2001) apresenta três tipos de correção: indicativa, resolutive e operativa.

A indicativa é aquela em que o professor marca ou sublinha o erro e raramente, ele altera algo na sentença. A resolutive, muito comum no ensino fundamental, consiste em, literalmente, corrigir o erro do aluno seja em uma frase inteira, ortografia ou léxico.

Já na correção classificatória, menos comum, o professor identifica o problema (como na indicativa) e, em alguns casos, sugere a modificação, mas na maioria das vezes, propõe ao aluno que corrija sozinho, pois isso desenvolve autonomia no estudante, como explica Serafini (2001). Por exemplo, na frase “ainda que eu ia à praia”, o professor sublinha o *ia* e escreve ao lado a palavra “modo”, indicando que a forma verbal não está adequada.

Além dos tipos apresentados por Serafini, Ruiz (1998) propõe outra categoria de correção, a qual considera mais eficaz, chamada de textual-interativa. Nela as intervenções são feitas por comentário mais longos em forma de pequenos bilhetes, como em uma conversa, com objetivo de nortear o aluno quanto aos problemas do texto.

Agora, sabendo o que precisa ser revisado, o aluno já está pautado para a reescrita. É importante destacar a responsabilidade do professor nesse processo de retextualização, pois é a partir da interpretação do educador que o aluno faz uma releitura de sua escrita e assim pode reescrever o texto.

E se a segunda versão do texto apresentar problemas? Nem sempre a segunda versão vai apresentar as modificações indicadas, por diversas razões: o aluno não soube revisar; não compreendeu os apontamentos do professor; ou ainda, cometeu novos desvios. Cabe agora uma reescrita da reescrita? Isso vai depender... Se o texto for levado a público, sim.

E agora, está bom?

A prática da escrita e reescrita de diferentes gêneros textuais, pode (ou não) despertar o interesse dos alunos, mas trabalhando com os gêneros textuais na sala de aula, sendo feitas análises e revisões, e realizando a reescrita do texto, seja uma ou mais vezes, os alunos tendem a melhorar o nível de escrita e é esperado que na versão final, consigam cumprir os requisitos do texto solicitado no enunciado.

Referências

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo. Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, I. **Análise de textos: fundamentos e praticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FIAD, R. S; MAYRINK-SABINSON, M.H. (org). **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUIZ, E. M. S. D. **Como se corrige redação na escola**. Campinas, [s.n.], 1998.

SERAFINI, M. T. **Como escrever textos**. Tradução de Maria Augusta B. de Matos; adaptação Ana Maria Marcondes Garcia. São Paulo: Globo, 2001.